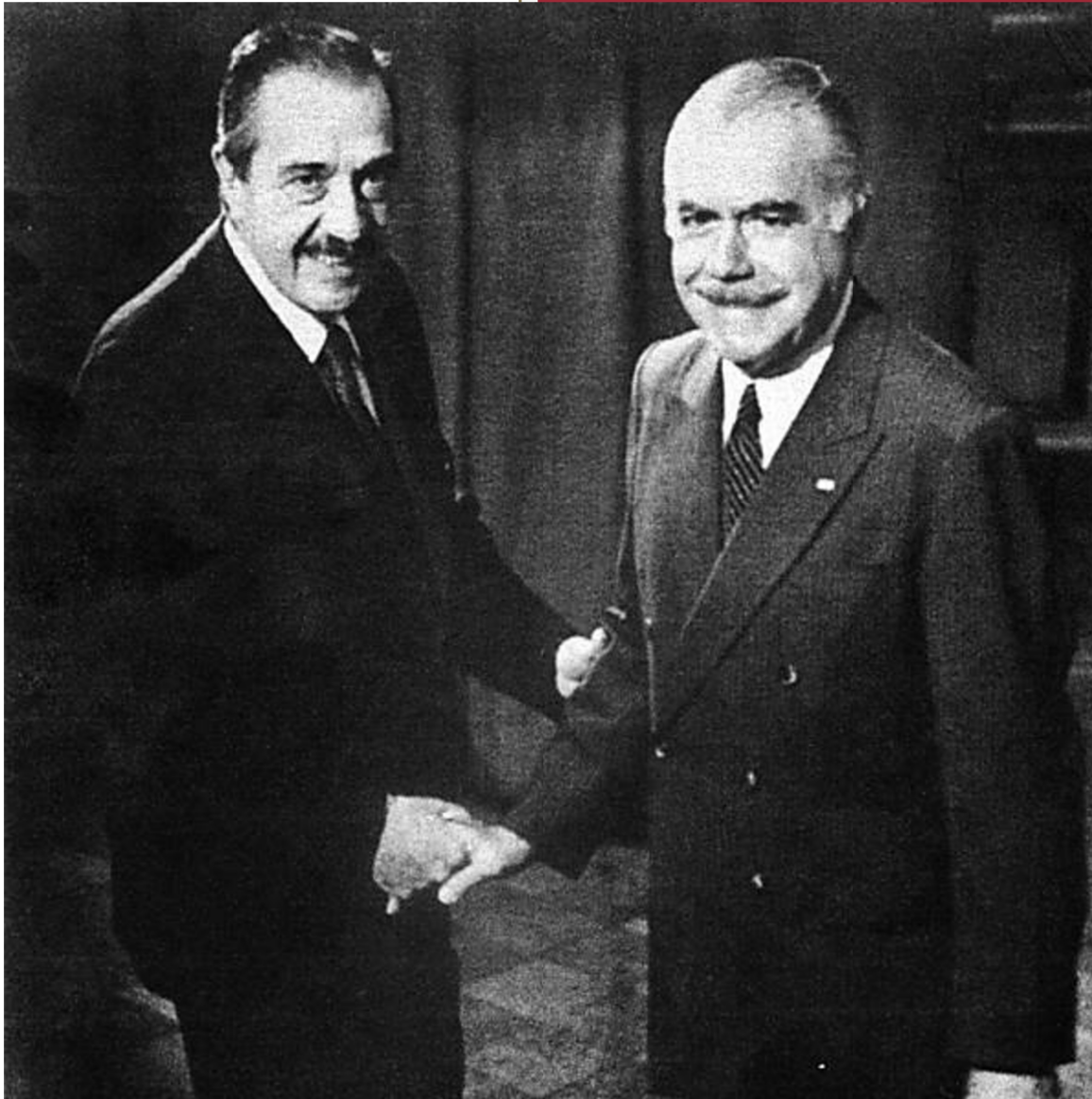




Globalização econômica e inserção internacional

Política externa da
transição
democrática



Cooperação BR-AR 1988

- 1983, Alfonsín
- 1985, Declaração de Iguaçu
- 1986, Ata para Integração e Cooperação econômica
- 1988, Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
- Fases da integração latino-americana?
- Causas
- Conteúdos
- Desafios
- Avaliação da iniciativa em 1989

Panorama doméstico

- José Sarney 1985-1990
 - Aliança Democrática: PMDB + PFL
- Fernando Collor de Mello 1990-1992
 - Partido da Reconstrução Nacional
- Itamar Franco 1992-1994
 - PMDB, PL e PRN

Novo governo

- 1983: Diretas Já
- 15 janeiro 85: Colégio eleitoral
 - Tancredo e Sarney x Maluf e Marcílio
- 15 março: posse Sarney
- 21 abril: morre Tancredo
- 1985: Legalização dos partidos, eleições diretas e voto de pessoas não alfabetizadas
- 1986: Plano Cruzado
- Fev 87 – Out 88: Assembleia Constituinte



Governo Sarney 85-89

- Ruptura: transição democrática e passagem da ditadura ao neoliberalismo
- Continuidade: independência, universalização, segurança a serviço do desenvolvimento econômico, ênfase latino-americana
- Inserção econômica mundial
- Crise da dívida

Crise da dívida externa

- Diminuição do PIB e aumento dos juros
- 1982 - FMI, políticas internas recessivas
- 1984 - Consenso de Cartagena
 - Co-responsabilidade de credores e devedores
 - Diminuição do protecionismo
 - Caráter político das negociações
 - Reforma do sistema financeiro internacional
- 1987 - Grupo de Contadora (do Rio – G8) e moratória
- 1989 - Renegociação

Relações bilaterais

- EUA: reposicionamento
- URSS e China: países do “mesmo nível”
- Japão: reforço dos laços culturais e políticos
- Europa: protecionismo, entrada de Portugal e Espanha
- Restabelecimento de relações Cuba

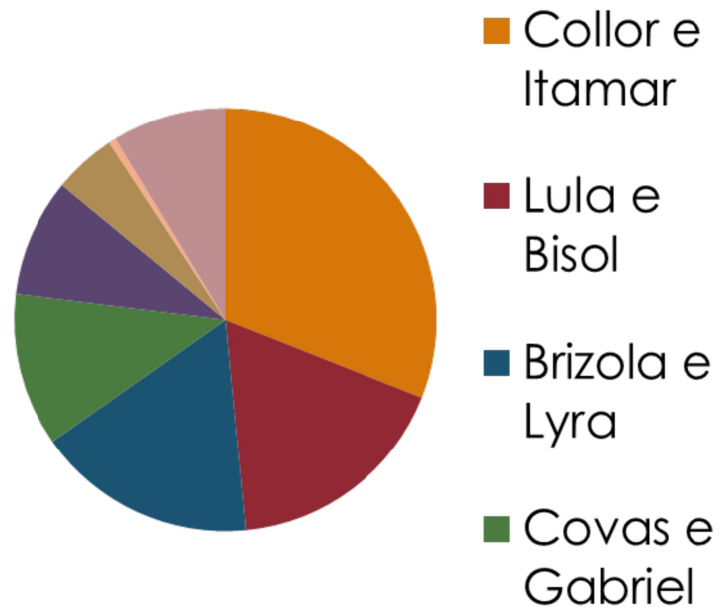
Olavo Setúbal e Abreu Sodré 1986-



Eleições 1989



Primeiro turno



Governo Collor 90-92

- **Globalização**

- Liberalismo
- Revolução tecnológica

- **Regionalização**

- União Europeia, 1992
- Mercosul, 1991
- SICA, 1991
- CAN, 1996
- NAFTA, 1994



Diretrizes

Gestões Francisco Rezek e Celso Lafer 1992-
Modernização da política externa:

1. Parcerias operacionais: tríade EUA, UE e Japão + Mercosul
2. Nichos de oportunidade: novas relações
3. Adaptação criativa: adequação ao liberalismo
4. Visão de futuro: inserção com respeito aos valores nacionais

Práticas

- Diminuição de tarifas para importação
- Facilitação da entrada e saída de capital estrangeiro
- Privatizações
- Consenso de Washington
- Postura proativa na área ambiental
- Não-apoio à Guerra do Golfo
- 1990, Iniciativa para as Américas
- 1991, Mercosul

Governo Itamar 92-94



- Recuperação da confiança da comunidade internacional
- Conciliação de ideias neoliberais e projetos desenvolvimentistas
- 3 Ds: desenvolvimento, desarmamento e democracia
- Reforma do CS e missões de paz
- 1994: OMC, ALCSA, ALCA e POP

FHC, Luiz Felipe Lampreia e Celso Amorim

Operações de paz

- 1991-1995 – Angola
- 1992-1994 – Moçambique
 - Chefia de 1993 a 1994
- 1993-1994 – Uganda e Ruanda
- 1993-1996 – Ruanda
- 1992-1995 – Ex-Iugoslávia
 - Chefia de 1994 a 1995
- 1992-1993 – Camboja
- 1993-1997 - Libéria

Quais eram os interesses do Brasil na criação do Mercosul?



Origens do Mercosul

- 1948 – CEPAL
- 1960 – ALALC
- 1980 – ALADI
- 1985 – Declaração de Iguazu entre Argentina e Brasil
- 1986 – Programa de Integração e Cooperação Econômica - GMC
- 1988 – Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento – Comissão Parlamentar
- 1991 – Tratado de Assunção – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai

Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC - 1960)

- Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, Colômbia e Equador (1961), Venezuela (1966), Bolívia
- ZLC: gradualismo, reciprocidade e tratamento da nação mais favorecida
- Modelo de desenvolvimento atento às questões sociais

Conferência
das Partes
Contratantes

Comitê
Executivo
Permanente

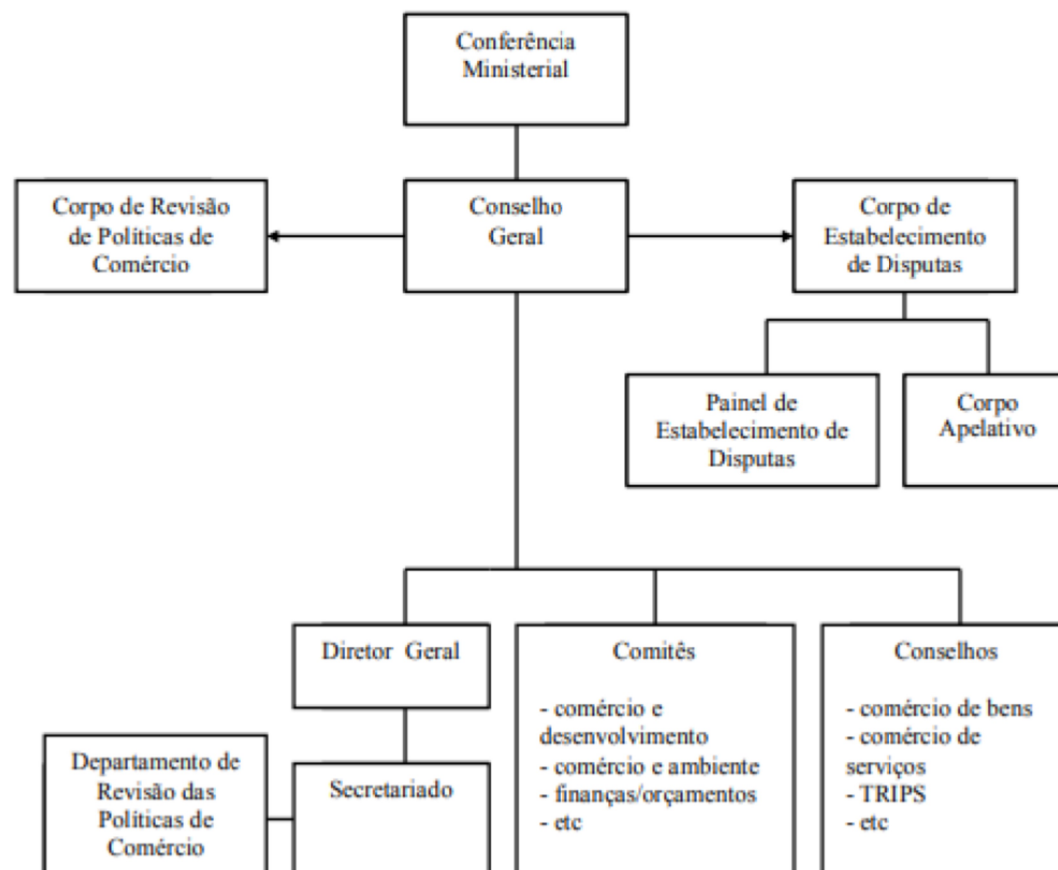
Associação Latino-americana de Integração (ALADI - 1980)

- Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Cuba (1999)
- ZLC: flexibilidade – áreas de preferência econômica regional ou sub-regional
- 1986: Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina

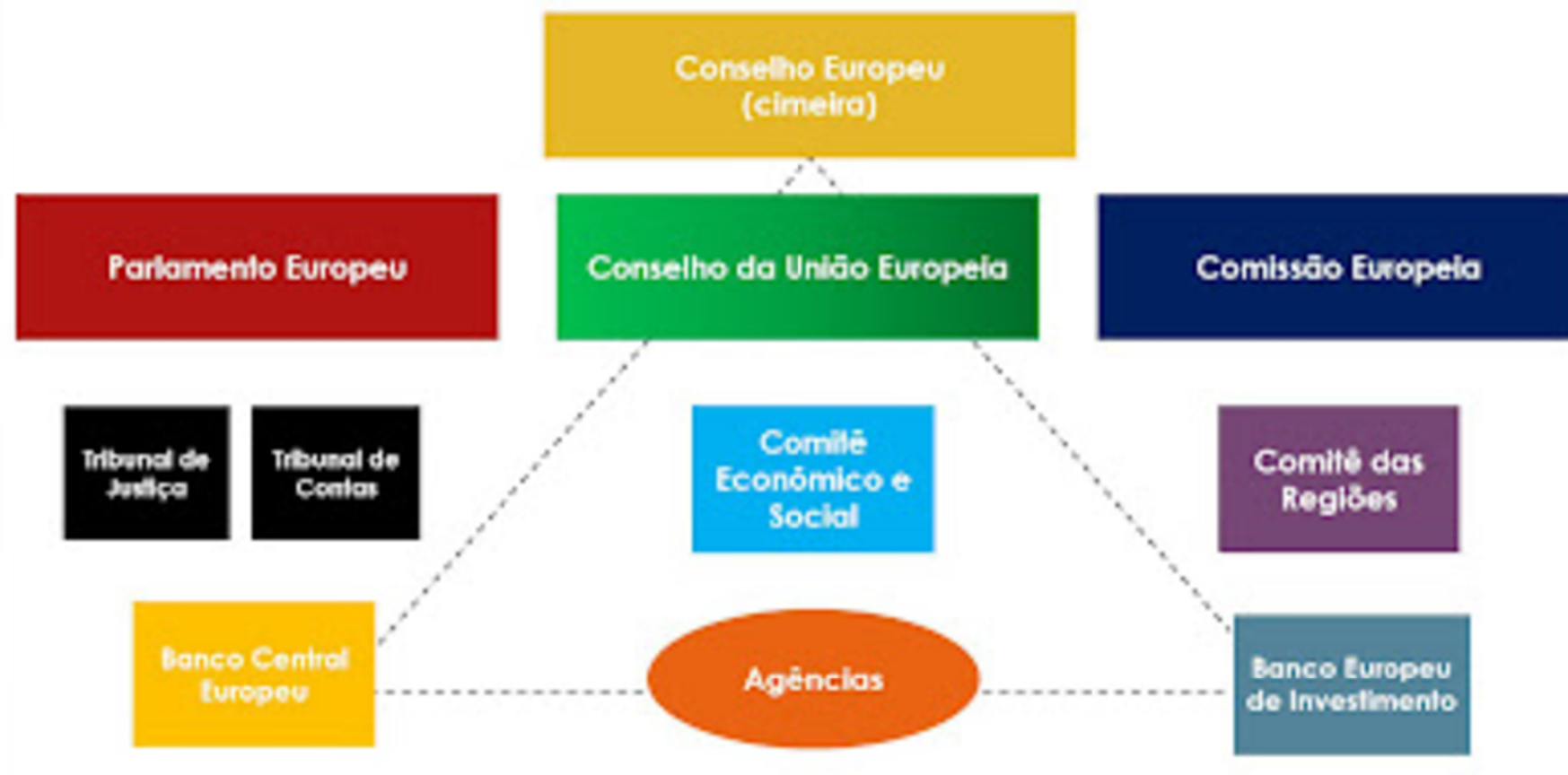
Estrutura da ALADI

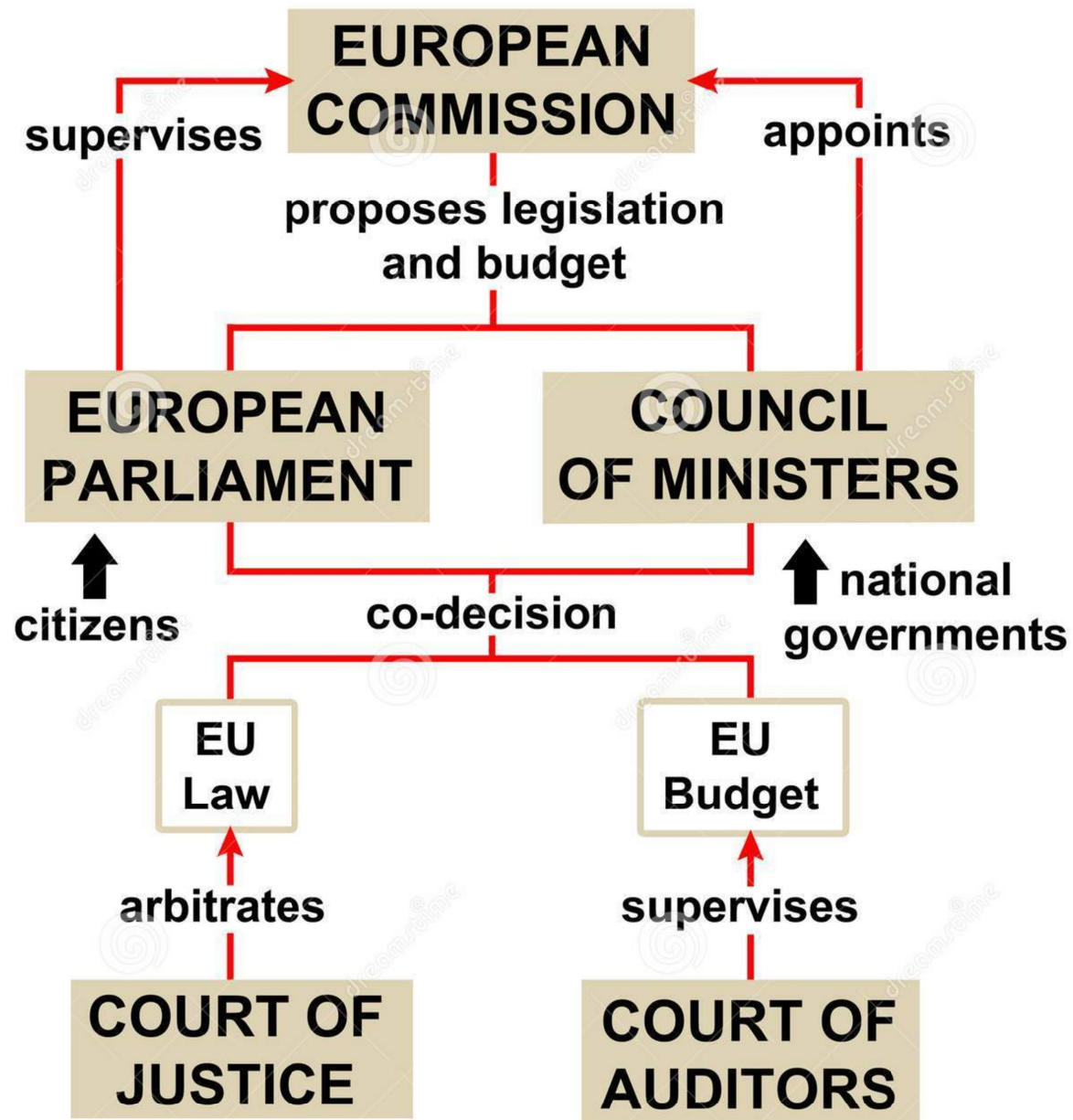


Veja a estrutura da OMC



Fonte: SILVA, Claudio Ferreira. **Do GATT à OMC**: O que mudou, como funciona e perspectivas para o sistema multilateral de comércio. Revista Universitas: Relações Internacionais, v.3, n.1, pág.117, 2005. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/297/264>>. Acesso em: 06 mar 2019.





Novo regionalismo 1991

Quem inventou o Mercosul?

- Sarney + Alfonsín x Collor + Menem: continuidade ou ruptura?
- Mercado comum como decorrência do neoliberalismo, para garantir livre circulação



Tratado de Assunção dá partida no Mercosul

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai: livre comércio

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmarão hoje em Assunção um documento anunciado como a criação de um Mercado Comum do Cone-Sul, mas que na realidade apenas aprofunda - por enquanto - uma zona de livre comércio e enumera as boas intenções para avançar até o Mercosul.

O Tratado de Assunção, que será assinado por Fernando Collor de Mello, Carlos Menem, Andrés Rodríguez e Luiz Lacalle, deve criar - segundo seu texto - um espaço para o livre trânsito de mercadorias, trabalhadores e capitais a partir de 1995, junto com uma união aduaneira e política macroeconômicas coordenadas.

Ambicioso programa que põe como objetivos para estes hiperinflacionários, endividamentos e deficitários países alcançar em 45 as metas que só conseguiu, após muitos anos, o Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

Entretanto - e apesar da complexidade que demandaria um período de transição tão curto para metas tão amplas - a "partida de nascimento" do Mercosul apenas fixa as pautas, prazos e metas

MERCADO DO CONE SUL



Armando Santos

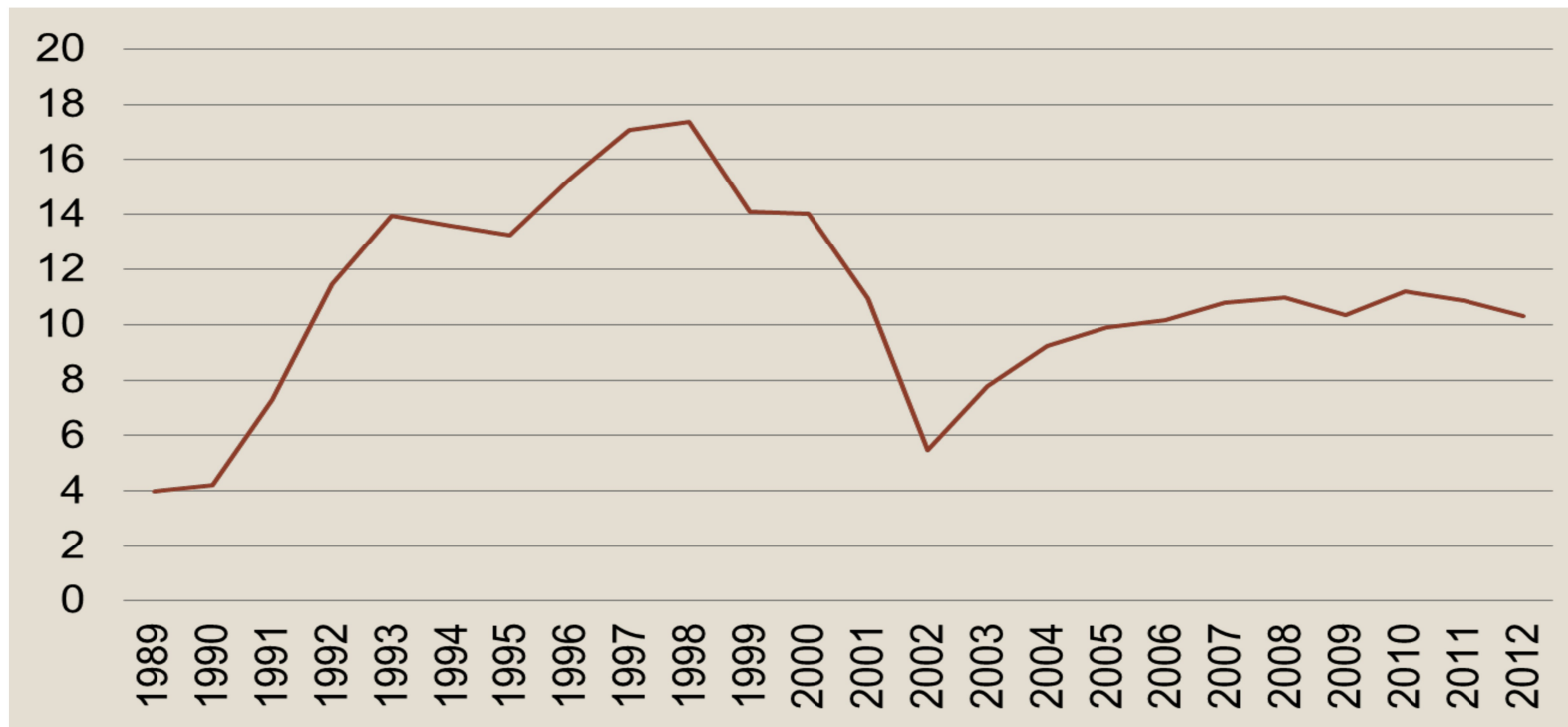
parciais no que diz respeito a sucessivas reduções de barreiras alfandegárias e listas de insenções.

Nada há neles sobre como avançarão os associados para unificar suas políticas comerciais com relação a terceiros países.

Menos ainda sobre as tendências macroeconômicas e fiscais em uma área onde as comunicações, a inflação anual de três e quatro dígitos e as bruscas guinadas econômicas - para não falar das políticas institucionais - são moeda corrente.

Exportações do Brasil para o Mercosul

(participação percentual no total de exportações do país)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, 2012
www.mdic.gov.br

A PAUTA COMERCIAL DO BRASIL



Produtos brasileiros mais exportados para o **Mercosul** são **industrializados**

— 1 —

Veículos

— 2 —

Máquinas mecânicas

— 3 —

Plásticos

— 4 —

Máquinas elétricas

— 5 —

Papel



Produtos brasileiros mais exportados para o **mundo** são **primários**

— 1 —

Grãos

— 2 —

Minérios

— 3 —

Combustíveis

— 4 —

Carnes

— 5 —

Açúcar

Fonte: Comex Stat/Ministério da Economia (dados de 2020)

Instrumentos Jurídicos

- 1991 – Tratado de Assunção
- 1994 – Protocolo de Outro Preto
- 1998 – Declaração Sócio-laboral
- 1998 – Protocolo de Ushuaia
- 2002 – Protocolo de Olivos
- 2005 - Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul
- 2006 – Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul
- 2007 – Decisão CMC 03/07 - Instituto Social do Mercosul
- 2009 – Decisão CMC 14/09 - Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos
- 2011 – Protocolo de Ushuaia II
- 2015 – Protocolo de Adesão da Bolívia ao Mercosul

Tratado de Assunção

Preâmbulo:

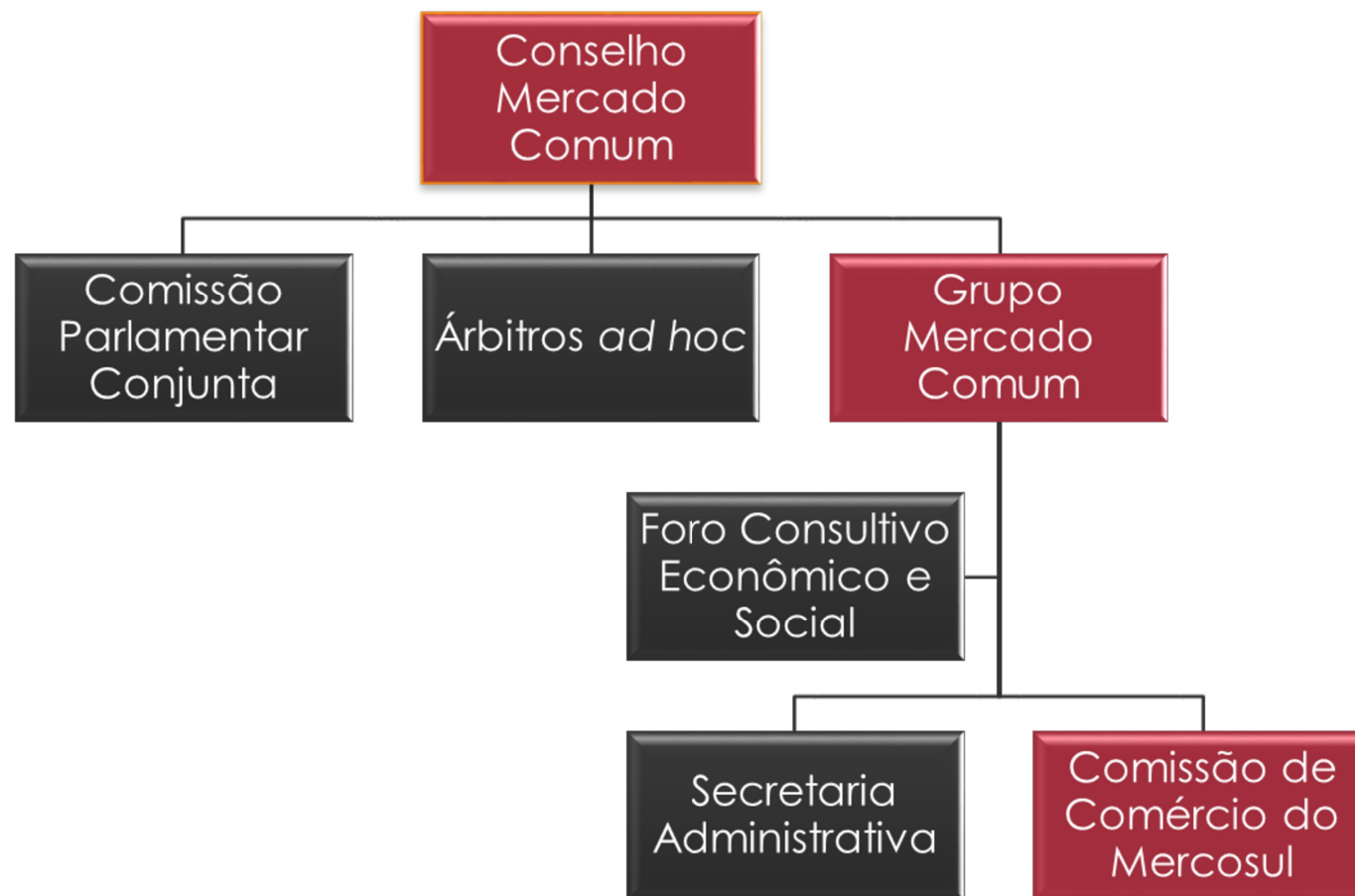
- CONSIDERANDO que a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, através da integração, constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social;
- ENTENDENDO que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômica, a complementação dos diferentes setores da economia, com base no princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio;
- TENDO em conta a evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação de grandes espaços econômicos, e a importância de lograr uma adequada inserção internacional para seus países;
- CONVENCIDOS da necessidade de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos Estados Partes e de modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes;
- REAFIRMANDO sua vontade política de deixar estabelecidas as bases para uma união cada vez mais estreita entre seus povos [...]

Tratado de Assunção

Artigo 1 - O Mercado Comum do Sul implica:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários, restrições não tarifárias à circulação de mercado e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes - de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações e outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes; e
- O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Estrutura institucional



FOCEM

Fundo para convergência estrutural e fortalecimento institucional do Mercosul

Decisão CMC 18/2005

I. Programa de Convergência Estrutural

II. Programa de Desenvolvimento da Competitividade

III. Programa de Coesão Social

IV. Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração

Argentina: 27% - 10%

Brasil: 70% - 10%

Paraguai: 1% - 48%

Uruguai: 2% - 32%



Parlamento do Mercosul

- Sufrágio universal
 - PL 5279/2009 e PLS 126/2011
- Composição proporcional
 - 75, 43, 18, 18, 31 - 37, 26, 18, 18
- Grupos políticos transnacionais
 - Bancada progressista
 - Bancada conservadora ou social-democrata
- Procedimento preferencial